

Segurança Alimentar de Acadêmicos de uma Universidade Pública do Estado do Piauí

Food Safety of Academics of a Public University of the State of Piauí

Edênia Raquel Barros Bezerra de Moura^{1*}, Marianne Louise Marinho Mendes², Andréa Marques Sotero², Cristhiane Maria Bazilio de Omena²

RESUMO

O estudo objetivou-se avaliar a segurança alimentar de universitários de uma universidade pública, sendo desenvolvido com 278 acadêmicos da instituição de ensino. Foi utilizado o questionário sociodemográfico e a EBIA, cujos dados analisados conforme os escores de referência da EBIA e, para associar a (in) segurança alimentar às características socioeconômicas da amostra, aplicou-se o teste de qui-quadrado de independência com correção de Rao-Scott, onde $p < 0,05$. Observou-se um maior percentual de estudantes entre 18 a 25 anos, feminino, solteiro, com renda de até 1 salário mínimo em domicílio com 4 moradores. 57,2%, foi categorizada com IA, apresentando, ainda, associação entre a IA e a idade de 18 a 25 anos, à condição de solteiro dos universitários e a quantidade de moradores no domicílio. Após análise, futuros estudos fazem-se necessários para acompanhar o comportamento alimentar dos graduandos a fim de contribuir com a manutenção de um estilo de vida saudável.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Segurança Alimentar; Desempenho Acadêmico; Qualidade de Vida.

ABSTRACT

The study aimed to evaluate the food safety of university students of a public university, being developed with 278 students from the educational institution. The sociodemographic questionnaire and the EBIA were used, whose data were analyzed according to the ebia reference scores and, to associate (in) food security with the socioeconomic characteristics of the sample, the chi-square test of independence with Rao-Scott correction was applied, where $p < 0.05$. A higher percentage of students between 18 and 25 years old, female, single, with an income of up to 1 minimum wage in a household with 4 residents, was observed. 57.2%, was categorized with AI, also presenting an association between AI and the age of 18 to 25 years, the single condition of the university students and the number of residents in the household. After analysis, future studies are necessary to monitor the eating behavior of undergraduates in order to contribute to the maintenance of a healthy lifestyle.

Keywords: Health Education; Food Security; Academic Performance; Quality of Life.

¹ Universidade Estadual do Piauí - Picos

*E-mail: edeniraquel@pcs.uespi.br

² Universidade Estadual do Pernambuco - Petrolina

INTRODUÇÃO

Muito mais que um ato biológico e fisiológico, a alimentação representa um ato social e cultural de relações fortes da vida humana com o ambiente (FIGUEREDO *et al.*, 2011). Nessa perspectiva, o alimento possibilita um ciclo de trocas com os meios físico, biótico e social, constituindo, assim, um ambiente físico saudável (BATISTA FILHO; BATISTA, 2010).

Na Constituição Federal de 1988, a saúde é reconhecida como direito de todos e dever do Estado e, mais precisamente em seu artigo 6^o, está assegurado o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a qual se concretiza quando todas as pessoas têm acesso garantido e ininterrupto à alimentação saudável por meios próprios e sustentáveis (BRASIL, 1988). Tal direito está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Sua definição foi ampliada em outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (BRASIL, 2010).

No Brasil, em 2010, resultante de amplo processo de mobilização social, foi aprovada a Emenda Constitucional n^o 64, a qual inclui a alimentação no artigo 6^o da Constituição Federal. Todavia, isso não necessariamente significa a garantia da realização desse direito na prática, permanecendo, assim, como um desafio a ser enfrentado (LEÃO, 2013).

O direito humano a uma alimentação adequada e suficiente extrapola a simples aquisição e disponibilidade de alimentos, estando intimamente ligado ao respeito às práticas e hábitos alimentares, a condição de saúde do indivíduo e a assistência a grupos humanos biologicamente vulneráveis (VALENTE, 2003).

No Brasil, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) sofreu alterações em virtude da própria história do homem e da sociedade, articulando, assim, duas dimensões bem definidas: a alimentar, a qual entende-se como o processo de produção, comercialização e, conseqüentemente, disponibilidade ao alimento e; a dimensão nutricional, que consiste diretamente na escolha, preparo e consumo alimentar, estabelecendo uma estreita relação com a saúde do organismo (BATISTA FILHO, 2007).

Para uma população ter segurança alimentar, faz-se necessário que a mesma tenha acesso, regularmente, a alimentos em quantidade satisfatória, qualidade sanitária e

nutricional, garantia de conservação e controle agroalimentar, respeitando a cultura de cada comunidade, seus hábitos alimentares e de higiene (BATISTA FILHO, 2007; ALVES; VALENTE JÚNIOR, 2007).

As intercessões na SAN ganham suporte dos movimentos sociais no combate à fome, sobretudo, com a difusão, em 1985, da Política Nacional de Segurança Alimentar, cuja meta era intensificar a produção de alimentos e; em 1986, com a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, agregando aos debates políticos a questão nutricional e a alimentação adequada como um direito humano (AMARAL; BOSSO, 2016).

Nesse cenário, o Brasil tem realizado grandes avanços no campo da segurança alimentar e nutricional, fortalecendo políticas públicas na tentativa de melhorar as condições sociais e de alimentação dos grupos mais vulneráveis a partir da promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (CONSEA, 2011), até então extinto pelo atual mandato presidencialista conforme Medida Provisória (MP) N^o 870, a qual retira a autonomia do CONSEA em convocar conferências com foco na SAN (Segurança Alimentar e Nutricional), revogando a atribuição do conselho de acompanhar e articular a política nacional de SAN (BRASIL, 2019).

Assim, existe um conjunto expressivo de programas e ações relacionados à segurança alimentar e nutricional. Em âmbito nacional, desde 2011, foram criados programas de transferência de renda, a fim de complementar o orçamento familiar e consequente melhoria da alimentação (SANTOS; SANTOS, 2007).

Compreende-se, então, que a concepção de SAN encontra-se em constante construção, a qual abarca inúmeros saberes e atos políticos que a ratificam como direito universal, integrando uma sociedade sistematizada por intermédio de políticas públicas que asseguram o DHAA a todas as pessoas (SARTI; TORRES, 2017).

É notório atentar que as práticas alimentares são induzidas pelo ambiente onde as pessoas estão inseridas. Diante do ensejo, o ingresso na universidade caracteriza uma alteração nos hábitos e rotinas alimentares. Durante a vida acadêmica o estudante passa a ser responsável por sua moradia, finanças, organização do seu tempo e alimentação, aspectos que interferem nas práticas saudáveis da vida adulta (LOUREIRO, 2016; ROSSETI; SILVA, 2018).

Todavia, tais práticas são consequências de uma sociedade globalizada e em transição epidemiológica nutricional (MARTINS, 2021). Perez *et al.* (2016), apontam que a cada dia é maior o ingresso de grupos em fragilidade socioeconômica no ensino superior, por esta razão os autores reafirmam a necessidade de investir em políticas de assistência estudantil, como auxílios, bolsas e refeições, a fim de garantir a permanência e a segurança alimentar nas universidades públicas.

Diante o ensejo, a realização de diagnósticos que avaliem hábitos de vida de estudantes universitários justifica-se pelo fato de que o ingresso na universidade é um evento marcado por transformações nos vínculos sociais, representando para grande parte dos estudantes a sua independência. Sendo assim, esta etapa tende a ser imprescindível para a avaliação das condições de vida e, conseqüentemente, para o planejamento de programas que assegurem a promoção da saúde.

Desse modo, a temática aqui apresentada torna-se relevante em meio aos impactos na vida dos estudantes universitários, sejam o declínio do desempenho acadêmico, a sobrecarga de atividades, o aumento de horas de tela, o agravamento da alimentação desregulada e, sobretudo, o sedentarismo.

Com base nessas perspectivas, o estudo teve por finalidade avaliar a segurança alimentar de acadêmicos assim como, caracterizar a população estudada quanto aos aspectos sociodemográficos e verificar se tais fatores têm associação com a condição de (in) segurança alimentar dos participantes do estudo.

PERCURSO METODOLÓGICO

Locus da Pesquisa

O estudo foi desenvolvido em uma universidade pública do município de Picos, Estado do Piauí. Instituição fundada pelo Decreto Lei Nº 042, de 09 de setembro de 1991, a qual instituiu a Instituição Superior Multicampi, criada, inicialmente, nas unidades de Teresina, Picos, Floriano e Parnaíba, hoje, distribuída em 11 municípios do território piauiense.

O foco do estudo foi o *Campus* universitário do município de Picos-PI, o qual desenvolve um projeto educacional voltado para a prestação de serviços à comunidade atendendo as necessidades regionais e as demandas sociais, finalidades relevantes quando se considera o papel social da universidade, sendo referência na promoção do ensino, pesquisa e extensão.

O referido *Campus* oferta 10 cursos entre bacharelado e licenciatura, sendo eles, Bacharelado em Direito, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Administração, Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Enfermagem, Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Agronomia e Bacharelado em Comunicação Social; além de cursos de graduação e pós graduação na modalidade à distância e licenciaturas, em regime de férias, pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

Seu projeto educacional encontra-se voltado para a prestação de serviços à comunidade atendendo as necessidades regionais e as demandas sociais, finalidades estas relevantes quando se considera o papel social da universidade.

Sujeitos da Pesquisa

Para o cálculo do tamanho amostral o objetivo foi obter uma amostra representativa dos acadêmicos que compõem a referida Instituição de Ensino Superior, devidamente matriculados em seus respectivos cursos de graduação.

Para isso, considerou-se o número total de setecentos e trinta e três (n=733) acadêmicos de ambos os sexos que integram todos os cursos de bacharelado e licenciatura, turno diurno, ofertados pelo Campus do município de Picos.

Admitiu-se um erro amostral de 5%, para um intervalo de confiança de 95%, obtendo uma amostra estimada de 252 acadêmicos. Para compensar possíveis perdas e para permitir um melhor nível de estratificação das variáveis independentes, esse valor foi acrescido de mais 26 indivíduos (10%), resultando em uma amostra final de 278 acadêmicos. O programa estatístico utilizado para realizar o cálculo da amostragem foi o *software Epi_Info* versão 7.2 (CDC, Atlanta, EUA) através do módulo *StartCalc – Sample Size and Power*.

Caracterização do Estudo

A pesquisa desenvolveu-se dentro da abordagem metodológica quantitativa, a qual teve seus dados traduzidos em números para, posteriormente, serem analisados e classificados seguindo métodos estatísticos mediante aplicação de instrumentos de pesquisa padronizados e neutros (FONSECA, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Portanto, para esta análise de natureza quantitativa foi utilizada uma abordagem exploratória, permitindo ao pesquisador um maior contato e familiaridade com o problema a ser estudado (GIL, 2007), gerando conhecimentos com aplicação prática, buscando dados diretamente na fonte, dirigidos à solução da problemática específica (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Instrumento de Coleta de Dados

Para a caracterização dos acadêmicos foi utilizado um questionário, elaborado pelo autor desta pesquisa, o qual constava de informações sociodemográficas do público alvo, a saber: idade, sexo, renda familiar, quantidade de moradores e estado civil.

Para avaliar o nível de segurança alimentar dos participantes, optou-se pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual verificou diretamente a percepção e vivência de insegurança alimentar, bem como a dificuldade de acesso aos alimentos. O protocolo era composto de 14 itens, os quais avaliaram diferentes intensidades do padrão alimentar, variando de questões desde a preocupação quanto à execução de alimentos. Cada resposta afirmativa do questionário correspondia a 1 ponto, portanto, a soma de todas as respostas variou de 0 a 14 pontos (BRASIL, 2014).

Procedimento de Análise dos Dados

Para a construção do banco de dados e análise quantitativa descritiva dos parâmetros coletados, utilizou-se o Microsoft Office Excell, versão 2013. Com base nos escores obtidos pela EBIA, a população estudada foi classificada em 4 categorias, a saber: segurança alimentar (escore = 0), insegurança alimentar leve (escore de 1 a 3), insegurança alimentar moderada (escore de 4 a 5) e insegurança alimentar grave (escore de 6 a 8) (BRASIL, 2014), de acordo com as respostas positivas, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1. Pontos de corte segundo nível de (in) segurança alimentar.

| | Domicílio sem menores de 18 anos |
|--|---|
| Segurança Alimentar (SA) | 0 |
| Insegurança Alimentar Leve (IL) | 1 - 3 |
| Insegurança Alimentar Moderada (IM) | 4 - 5 |
| Insegurança Alimentar Grave (IG) | 6 - 8 |

Fonte: (BRASIL, 2014).

As quatro categorias da escala citadas na tabela acima são assim descritas (BRASIL, 2014):

Segurança Alimentar (SA) – Pessoa/família tem acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade satisfatória, sem comprometer o acesso a outras necessidades.

Insegurança Alimentar Leve (IL) – Preocupação quanto o acesso aos alimentos no futuro e qualidade inadequada dos alimentos como consequência de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.

Insegurança Alimentar Moderada (IM) – Redução da quantidade de alimentos entre adultos; queda dos padrões de alimentação proveniente da falta de alimentos nesse público.

Insegurança Alimentar Grave (IG) - Redução da quantidade de alimentos entre os moradores do domicílio ocasionando ruptura dos padrões de alimentação proveniente, também, da falta de alimentos por todos os moradores do domicílio, principalmente as crianças.

Para verificar a associação da (in) segurança alimentar e as características socioeconômicas da amostra, foi utilizado o teste de qui-quadrado de independência com correção de Rao-Scott, onde $p < 0,05$.

Considerando o atual quadro de pandemia que assola o cenário mundial, a coleta de dados desta pesquisa desenvolveu-se de forma online, através de formulário eletrônico via *Google Forms*, respeitando, assim, as recomendações dos órgãos competentes de saúde.

Aspéctos Éticos da Pesquisa

O presente estudo integra uma pesquisa maior a qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CISAM/UPE – Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, sob parecer número 4.438.113. Após o parecer consubstanciado e, assinatura da Declaração de Infraestrutura pelo responsável da IES, deu-se início a coleta de dados.

Foi enviado aos acadêmicos, via *e-mail* institucional, o formulário eletrônico do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentando os objetivos e procedimentos metodológicos do estudo, os que aceitaram participar como voluntários, marcando SIM no referido formulário, respondendo, posteriormente, os instrumentos de pesquisa.

Todo o estudo foi pautado nas diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, incluso na Resolução N^o 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização Sociodemográfica da Amostra

Conforme apresentado na Tabela 2, obteu-se um total de 278 estudantes universitários, matriculados na referida instituição de ensino e que frequentam regularmente seus respectivos cursos de graduação, sendo a amostra composta por 182 mulheres e 96 homens.

Tabela 2. Caracterização demográfica da amostra, Picos-PI, 2022 (n=278).

| Variáveis | Amostra geral | |
|--|---------------|------|
| | N | % |
| Idade em anos | 232 | 83,4 |
| 18 a 25 anos | 46 | 16,6 |
| 25 a 35 anos | | |
| Gênero | | |
| Feminino | 182 | 65,5 |
| Masculino | 96 | 34,5 |
| Renda familiar | | |
| 1 salário mínimo | 117 | 42,1 |
| 2 salários mínimos | 98 | 35,2 |
| 3 salários mínimos | 35 | 12,6 |
| Acima de 3 salários mínimos | 28 | 10,1 |
| Quantidade de moradores em casa | | |
| 2 pessoas | 38 | 13,7 |
| 3 pessoas | 80 | 28,8 |
| 4 pessoas | 102 | 36,7 |
| 5 pessoas | 40 | 14,3 |
| Mais de 6 pessoas | 18 | 6,5 |
| Estado civil | | |
| Solteiro (a) | 229 | 82,4 |
| Casado (a) | 28 | 10,1 |
| Convive com companheiro (a) | 21 | 7,5 |

Fonte: autor da pesquisa (2022).

Quanto à caracterização sociodemográfica, observa-se na tabela um maior percentual de estudantes na faixa etária de 18 a 25 anos, totalizando 83,4% da amostra. Isso evidencia o fato de que trata-se de uma amostra jovem que ao ingressar no ensino superior estão alicerçados em projetos vocacionais ainda não definidos, constituindo uma situação angustiante, sem planejamento e, conseqüentemente, acarretando no desligamento das atividades ativas e saudáveis que hora eram prioridades.

Foi verificado na tabela 3 que 65,5% dos participantes do estudo eram do sexo feminino, sendo distribuídos entre os cursos de Direito, Pedagogia, Enfermagem, Educação Física, Jornalismo, Ciências Contábeis, Agronomia, Administração, Biologia e Letras/Português, graduações estas ofertadas no *Campus* Universitário, local do estudo. Segundo Mendonça (2007), o sucesso escolar é superiormente perceptível no gênero feminino, assim como os índices de aprovação nos componentes curriculares do curso.

No que concerne a renda familiar, ver-se na tabela que 42,1% dos estudantes universitários participantes do estudo declaram renda de até 1 salário mínimo. Tal indicativo pode apresentar um impacto significativo nas escolhas e aquisições alimentares, bem como a presença familiar no preparo das refeições, conforme afirma Busato *et al.* (2015).

Quanto à quantidade de moradores em casa, verifica-se na tabela 36,7% dos participantes afirmaram conviverem na mesma moradia até 4 pessoas. Achados de Sabóia; Santos (2016), sustentam forte relação entre o número de moradores por domicílio e a segurança alimentar, ratificando que quanto maior o número de membros na mesma moradia, maior a prevalência de insegurança alimentar, afinal, quanto maior o núcleo familiar, mais recursos seus membros necessitam para evitar e/ou minimizar o risco de alimentos insuficientes para toda a família.

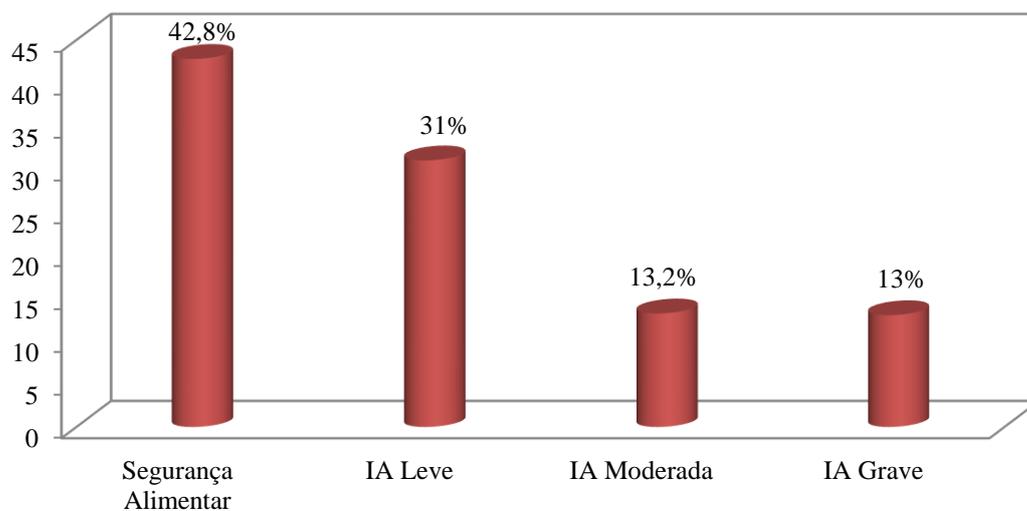
Nota-se, ainda na tabela que 82,4% da amostra afirmaram serem solteiros. O percentual apresentado evidencia um dado já esperado, corroborando com Levy (2009) e, considerando a faixa etária predominante da população atual, a preferência por relacionamentos e/ou casamentos torna-se cada vez mais tardia.

As influências das características socioeconômicas sobre o estilo de vida evidenciam bons níveis de atividade física, acesso a alimentos seguros e menores riscos de desenvolver problemas relacionados à saúde entre jovens estudantes (GARBER *et al.*, 2011). Todavia a adoção de hábitos saudáveis depende da adequação da pessoa a uma rotina de atividades padronizada, desde que sua condição socioeconômica permita essa opção de escolha (TRAPÉ *et al.*, 2017).

Nível de Segurança Alimentar

Conforme observa-se na figura abaixo e, de acordo com a frequência do resultado do EBIA, o número de respostas positivas às questões apresentadas revelou que 119 dos estudantes universitários não pontuaram qualquer um dos questionamentos da escala, expressando um resultado de 42,8% da amostra classificar-se como segurança alimentar, porém, observou-se um índice considerável de insegurança alimentar (IA) em torno de 57,2%, o que corresponde a 159 da amostra distribuídos nos três níveis de IA, leve, moderada e grave.

Figura 1. Distribuição de frequências do resultado da EBIA em estudantes universitários, Picos-PI, 2022 (n=278).



Fonte: autor da pesquisa (2022). IA = Insegurança Alimentar.

Segundo dados do IBGE (2014), a insegurança alimentar leve é caracterizada por famílias inquietas quanto à disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade satisfatórias. Quanto à insegurança alimentar moderada, esta é consequência da escassez de alimentos, com consequente queda de qualidade da dieta da família brasileira. Já a insegurança alimentar grave reflete na redução quanti e qualitativa dos alimentos em virtude da privação entre adultos e crianças.

Os dados do presente estudo foram coletados paralelamente ao momento de pandemia da COVID-19, o qual impossibilitou o trabalho presencial além da interrupção do funcionamento de atividades acadêmicas presenciais ocasionado pelo distanciamento social, o que pode explicar uma maior restrição de acesso aos alimentos e diminuição da quantidade consumida, repercutindo no percentual considerável de insegurança alimentar dos estudantes universitários, como apresentado na tabela acima.

No entanto, a pandemia da Covid-19 não pode ser a única responsável pela situação de insegurança alimentar. As políticas sociais que impulsionam a segurança alimentar e nutricional e as diversidades ainda não ultrapassadas somam-se a conjuntura atual, como afirmam Ribeiro-Silva *et al.* (2020).

Os achados desse estudo revelam dados tão preocupantes quanto pesquisas semelhantes, como a de Angotti; Zangirolani (2019), no qual detectaram 64,8% dos estudantes universitários classificados com insegurança alimentar; assim como no estudo de Fernandes *et al.* (2017), onde revelaram valores de 41,9% de jovens

acadêmicos categorizados com IA, porém, nenhum participante identificado com IA grave; bem como na pesquisa de Moreira (2015), que também não revelou nenhum estudante universitário com IA grave, contradizendo o presente estudo, o qual demonstrou 13% da amostra no referido nível de insegurança alimentar grave.

A prevalência de insegurança alimentar também foi observado no estudo de Fernandes *et al.* (2017), no qual relatam 58,1% de estudantes em situação de IA, valores próximos ao presente estudo, semelhante, ainda, aos achados de Sanches (2012), em que 42,2% das famílias não dispõem de alimentos suficientes no domicílio, além de 7,9% de alunos agrupados em insegurança alimentar moderada, no entanto, inferior aos 13,2% dos acadêmicos deste estudo.

Convém mencionar que o padrão alimentar do brasileiro tem sofrido intensa modificação, o estilo de vida moderno tem levado, principalmente, o jovem estudante a consumir alimentos ultraprocessados fora do lar, substituindo as principais refeições realizadas no seio da família em casa. Tal situação é fruto, ainda, da intensa sobrecarga de trabalho e estudos acadêmicos, afetando diretamente a saúde do jovem pela carência nutricional e, conseqüentemente, na capacidade de aprendizagem, como afirma Pinheiro *et al.* (2012), ao relatarem que a deficiência e/ou insuficiência de micronutrientes essenciais interfere negativamente no desenvolvimento dos fatores físico e mental do homem.

Corroborando com Sabóia; Santos (2016), a predominância da insegurança alimentar leve, assim como neste estudo, remete a incerteza quanto a aquisição futura dos alimentos ou mesmo a qualidade duvidosa destes. O quadro pode ser fator da renda *per capita* insuficiente para suprir a necessidade alimentar de toda família. Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa (2012) afirmam, ainda, que famílias que integram os programas de transferência de renda associam-se ao grupo mais susceptível a carências alimentares, conseqüentemente, propícias à situação de insegurança alimentar.

Achados de Coelho; Tapajos; Rodrigues (2010), retratam que quanto menor a renda *per capita* da pessoa, maior a probabilidade de insegurança alimentar, logo a baixa remuneração da população brasileira caracteriza-se como um fator preponderante de insegurança alimentar (HOFFMANN, 2008).

A insegurança alimentar pode ainda está associada a quantidade de moradores no mesmo domicílio, como relatam os autores mencionados acima. Famílias que possuem 4 membros ou mais apresentam maior susceptibilidade de sofrer insegurança

alimentar, seja leve ou grave, logo, um número grande de membros na mesma família necessitam de mais recursos para aquisição de alimentos, fato que pode está associado ao presente estudo (ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CORRÊA, 2012).

No presente estudo observa-se que a maioria da amostra relatou conviver no mesmo domicílio 4 pessoas. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicilio (PNAD), a média nacional é de 3 pessoas por domicilio (IBGE, 2019), fato que pode está intimamente relacionado a situação financeira e, conseqüentemente, ao desenvolvimento social destas famílias (HOFFMANN, 2008).

É notório que no Brasil o alcance à moradia, educação, alimentação e assistência à saúde estão associados à renda familiar. Famílias com poder aquisitivo menor fazem uso de seus rendimentos com alimentação, tornando o acesso aos alimentos uma prioridade que determina a situação de vida de boa parte da população brasileira (CONSEA, 2004).

Outro fator a ser considerado, conforme Angotti; Zangirolani (2019), é que alguns estudantes, por serem muito jovens, ainda não sabem administrar com cautela e precisão o dinheiro, além da hipótese de que uma parcela dos estudantes enquadra-se em situação de vulnerabilidade social e econômica desfavoráveis, tendo que em alguns casos recorrer ao auxílio e/ou assistência estudantil que a Universidade oferece ao corpo discente.

Convém elencar que o contexto pandêmico intensificou a situação econômica do país, debilitando as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, assim como a revogação do CONSEA em 2019, a qual coordenava os programas de SAN em prol da população brasileira (SANTOS *et al.*, 2021).

Os resultados acima apresentados evidenciam o quadro de insegurança alimentar do público estudado. Conhecer os fatores relacionados à insegurança alimentar permite elencar ações que possam moderar ou inibir essa adversidade. A EBIA, utilizada neste estudo como instrumento de pesquisa, torna-se, então, uma ferramenta de monitoramento no intuito de reconhecer grupos vulneráveis e, ao mesmo tempo, conduzir recursos de avaliação e fiscalização dos planos de intervenção, como forma de garantia social.

Associação entre as (in) Segurança Alimentar e as Características Socioeconômicas

Na tabela 3 verifica-se a associação entre a (in) segurança alimentar e as características socioeconômicas da amostra avaliada. Nela, observa-se que o teste qui-quadrado de independência mostrou que existe associação entre a insegurança alimentar leve e a faixa etária (18 a 25 anos) ($p=0,01$) dos estudantes, assim como observa-se associação entre a insegurança alimentar e a condição de solteiro dos universitários ($p = 0,03$), além da quantidade de 3 moradores ou mais no domicílio ($p = 0,04$).

Tabela 3. Prevalência domiciliar (%) da segurança alimentar, segundo características da amostra, Picos-PI, 2022 (n=278).

| Característica | Segurança Alimentar n (%) | Insegurança Alimentar | | | p |
|--|------------------------------|-----------------------|-------------------|----------------|--------------|
| | | Leve n (%) | Moderada n (%) | Grave n (%) | |
| Idade em anos | | | | | |
| 18 a 25 anos | 101 (43,2) | 74 (31,6) | 32 (13,7) | 27 (25,0) | $p = 0,01^*$ |
| 25 a 35 anos | 19 (43,2) | 13 (29,5) | 13 (29,5) | 11 (25,0) | |
| Sexo | | | | | |
| Feminino | 76 (41,8) | 63 (34,6) | 23 (12,6) | 20 (11,0) | $p = 0,09$ |
| Masculino | 44 (45,8) | 24 (25,0) | 10 (10,4) | 18 (18,8) | |
| Renda Familiar | | | | | |
| 1 – 2 salários | 98 (45,4) | 64 (29,6) | 26 (12,0) | 28 (13,0) | $p = 0,08$ |
| > = 3 salários | 22 (35,5) | 23 (37,1) | 7 (11,3) | 10 (16,1) | |
| Quantidade de Moradores em Casa | | | | | |
| Até 2 pessoas | 24 (20,3) | 10 (14,7) | 6 (5,6) | 7 (6,4) | $p = 0,04^*$ |
| > = 3 pessoas | 96 (42,7) | 77 (30,6) | 27 (11,5) | 31 (15,3) | |
| Estado Civil | | | | | |
| Solteiro | 102 (44,2) | 68 (29,4) | 32 (13,9) | 29 (12,6) | $p = 0,03^*$ |
| Casado e/ou vive com companheiro | 18 (38,3) | 19 (40,4) | 1 (2,1) | 9 (19,1) | |

Fonte: autor da pesquisa (2022).

Nos últimos anos, a prevalência de insegurança alimentar no Brasil expande cada vez mais, apresentando um índice de uma a cada nove pessoas em situação de

carência alimentar (FANZO *et al.*, 2020). Santos *et al.* (2021), apontam que a paralisação de alguns serviços relacionados diretamente ao controle da insegurança alimentar elencou um cenário socioeconômico negativo que contribuiu no agravamento da IA principalmente durante a crise sanitária da Covid-19.

Ao associar o estado civil com a insegurança alimentar, o estudo evidencia a prevalência de IA à condição de solteiro entre os estudantes universitários. O fato explica-se pela ausência de um (a) companheiro (a), interferindo negativamente na condição socioeconômica, por conseguinte, na aquisição e escolha do alimento (SILVA *et al.*, 2015).

Assim como afirma Anschau *et al.* (2012), mais de cinco pessoas convivendo na mesma moradia, a probabilidade de passar por insegurança alimentar é elevada, fato que explica a necessidade de uma quantidade maior de moradores carecer de mais recursos para aquisição de alimentos, condição essa observada no presente estudo.

Níveis de insegurança alimentar também foram observados na pesquisa de Bezerra; Olinda; Pedraza (2017), ao demonstrarem predomínio de variações de IA entre estudantes de 46,6% a 64,5% entre famílias com quantitativo de indivíduos superior convivendo no mesmo domicílio, demonstrando que o tamanho da família é fator primordial para a percepção de insegurança alimentar.

Ratificando com esse estudo, Santos; Gigante; Domingues (2010), reafirmam que o total de pessoas em casa é forte variável de associação com a insegurança alimentar. Tal relação explica-se pela urgência em mais recursos para aquisição de alimentos, interferindo no fortalecimento familiar.

Observa-se na tabela 3 que não houve associação entre a insegurança alimentar e a renda familiar dos participantes, fato que pode ser explicado pela homogeneidade da amostra do estudo. Porém, achados de Brito; Costa (2015) evidenciam prevalência de IA em famílias com renda de 1 salário mínimo, elencando, assim, o quadro de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, interferência negativa nos estudos dos jovens.

Corroborando com os autores supracitados, Sabóia; Santos (2015) apontam que a insegurança alimentar grave está associada à renda familiar inferior a 1 salário mínimo e a condição de insegurança alimentar leve vinculada a uma renda menor que ½ salário, exíguo para os dispêndios com alimentação. Tal associação também não foi observada neste estudo.

Contradizendo, ainda, o presente estudo, os achados de Panigassi *et al.* (2008), revelam associação entre a insegurança alimentar e a renda familiar, afirmando que, quanto menor o nível socioeconômico, maior a prevalência de insegurança alimentar (SALLES-COSTA *et al.*, 2008). A predominância de insegurança alimentar pode estar relacionada à multiplicação dos índices de desemprego, sobretudo em virtude da pandemia da Covid-19, a qual expressou um percentual de 14,1% no primeiro semestre de 2021 (IBGE, 2021). Ribeiro-Silva *et al.* (2020) e Rodrigues *et al.* (2021) esclarecem que a crise sanitária instalada pela pandemia impactou os fatores socioeconômicos, ocasionando a redução dos salários, desdobramento dos empregos informais e, conseqüentemente, redução da renda familiar.

Percebe-se que a renda é forte influência para categorizar a insegurança alimentar. Como afirmam Araújo *et al.* (2021), estudantes sem proventos suficientes para adquirir itens básicos da alimentação, reduzem o número de refeições, atravessando, assim, situações onde o alimento poderá faltar e não irão dispor de dinheiro para comprar.

Embora não se tenha encontrado associação entre a renda familiar e a insegurança alimentar no presente estudo, o baixo rendimento de famílias brasileiras é um princípio determinante de IA, como apontam Lopes *et al.* (2013). O resultado estatístico expresso na tabela 3 pode ser explicado pela homogeneidade da amostra avaliada.

A análise estatística deste estudo não apresentou associação entre a insegurança alimentar e o sexo dos participantes, também evidenciado pela característica homogênea da amostra. Contrastando os resultados mencionados na tabela 3, Marin-Leon *et al.* (2011) encontraram nas famílias, cuja referência era o gênero feminino, prevalência de insegurança alimentar.

Santos *et al.* (2021) e Sperandio; Priore (2015), reafirmam relação direta da IA com o sexo feminino pelo fato da mulher sobrecarregar a aversão social, fruto do contraste de gênero que permeia a sociedade. Tal descrédito dificulta a entrada no mercado de trabalho implicando diretamente no orçamento e conseqüente aquisição de alimentos, acarretando, assim, nos quadros de insegurança alimentar (SANTOS *et al.*, 2018).

Em contrapartida, os achados de Mallick; Rafi (2010) não trazem associação entre o sexo e a insegurança alimentar. Logo, a sociedade vem sendo assinalada pela

significativa atuação feminina em atividades produtoras de renda, propiciando a inclusão da mulher no mercado de trabalho, ampliando a capacidade de suprir seu próprio alimento como de toda família.

No que se refere a insegurança alimentar, outros fatores condicionam a esta variável e que não foram elencados neste estudo, como as condições de acesso dos universitários à saúde, saneamento básico, água potável e outros, o que demanda da oferta pelo setor público e da segurança ao direito humano à alimentação adequada, como afirma a emenda constitucional nº 64 de 2010, ao introduzir a alimentação como direito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo verificou a situação de (in) segurança alimentar e nível de atividade física de estudantes universitários, no qual constatou-se um número expressivo de jovens estudantes categorizados com insegurança alimentar, sendo a maioria de grau leve, revelando certa preocupação do público alvo quanto a quantidade, qualidade e disponibilidade de alimentos.

Os dados apresentados evidenciam, ainda, a associação entre a condição de insegurança alimentar diante das condições socioeconômicas da amostra avaliada, sendo a idade de 18 a 25 anos, a condição de solteiro dos estudantes e a quantidade de moradores no domicílio, revelando que quanto mais jovem, a ausência de um companheiro e maior for o número de pessoas na mesma moradia, maior será a prevalência de IA.

Esse levantamento agrega informações para o ambiente acadêmico no sentido de ampliar os espaços para a prática da educação e saúde, minimizando, assim, as principais barreiras elencadas pelos universitários para a adoção de hábitos saudáveis, como a falta de tempo e dinheiro. As universidades, então, constituem o lugar propício para se promover saúde e educação, uma vez que sua missão é desenvolver além do ensino, a pesquisa e extensão, os quais vão de encontro às necessidades da comunidade acadêmica e social.

No entanto, futuros estudos fazem-se necessários a fim de acompanhar o comportamento alimentar dos graduandos, além de reforçar as políticas públicas que propiciem a segurança alimentar dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.O.; VALENTE JÚNIOR, A.S. **Ocupação, renda e segurança alimentar e nutricional entre famílias beneficiárias do Programa Fome Zero: o caso do município de Guaribas-PI. Cuiabá, MT: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2007. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em set. 2019.**

AMARAL, V. R.; BOSSO, D. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **Revista de Desenvolvimento Regional – Faccat**, Taquara-RS, v. 13, n. 1, 2016.

ANGOTTI, A.; ZANGIROLANI L. T. O. Insegurança alimentar e nutricional entre estudantes universitários. IN: **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2019**, Goiânia. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/enpssan-2019/papers/inseguranca-alimentar-e-nutricional-entre-estudantes-universitarios-2>> Acesso em: 06 jul 2021.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 2, p. 177-189, 2012.

ARAÚJO, T. A. de; MEDEIROS, L. A. de; VASCONCELOS, D. B.; DUTRA, L. V. (In) Segurança alimentar e nutricional de residentes em moradia estudantil durante a pandemia do Covid-19. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. 1-9, 2021.

BATISTA FILHO, M. O Brasil e a segurança alimentar. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 2, p. 121-122, abr./jun. 2007.

BATISTA FILHO, M.; BATISTA, L. V. Transição alimentar/nutricional ou mutação antropológica? **Revista Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, v. 62, n. 4, p. 25-49, 2010.

BEZERRA, T. A.; OLINDA, R. A. de; PEDRAZA, D. F. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 637-651, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Emenda Constitucional N^o 64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6^o da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 de fevereiro de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Escala brasileira de insegurança alimentar -**

EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF, 2014.

BRASIL, CAPES. **Documento de área – ensino.** Brasília, 2019.

BRITO, J. G.; COSTA, E. R. Titularidade feminina no programa bolsa família: questões de gênero e segurança alimentar. **Tropos**, v. 1, n. 3, p. 1-17, 2015.

BUSATO, M. A.; PEDROLO, C.; GALLINA, L. S.; ROSA, L. da. Ambiente e alimentação saudável: percepções e práticas de estudantes universitários. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 36, n. 2, p. 75-84, jul./dez. 2015.

COELHO, M. F. P.; TAPAJOS, L. M. S.; RODRIGUES, M. **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Unesco, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional.** Brasília-DF, p. 80, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília, DF: MDS, 2011.

FANZO, J.; HERRERO, M.; COVIC, N. M.; PINGALI, P. L. A research vision for food systems in the 2020s: defying the status quo. **Global Food Security**, v. 26, 2020.

FERNANDES, R. de C. de S.; CAMPOS, E. M. C.; SOUZA, N. P. de; MARQUES, R. A.; SORIA, K. da S.; BOSCHI, M. M.; MORIMOTO, J. M.; PEREIRA, I. R. O. Avaliação dos hábitos alimentares, insegurança alimentar e estado nutricional de estudantes de um cursinho popular localizado na grande São Paulo. **Revista Simbiologia**, v. 9, n. 12, dez. 2017.

FIGUEREDO, M.C.; BOAZ, C.M.S.; BANACINA, C.M.B.; FABRICIO, F.K.; SILVA, K.V.C.V.da. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia – UPF**, v. 16, n. 2, mai/ago, 2011.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GARBER, C. E.; BLISSMER, B.; DESCHENES, M. R.; FRANKLIN, B. A.; LAMONTE, M. J.; LEE, I. M.; NIEMAN, D. C.; SWAIN, D. P. Quantity and quality of exercise for developing and maintaining cardiorespiratory, musculoskeletal, and neuromotor fitness in apparently healthy adults: guidance for prescribing exercise. **American College of Sports Medicine**, v. 43, n. 7, p. 1334-1359, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa suplementar de segurança alimentar PNAD 2013**. Rio de Janeiro, p. 34, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2021. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. 263 p. Brasília: ABRANDH, 2013.

LEVY, M. S. F. A escolha do cônjuge. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 26, n. 1, jun. 2009.

LOPES, T. S.; SICHIERI, R.; SALLES-COSTA, R.; VEIGA, G. V.; PEREIRA, R. A. Family food insecurity and nutritional risk in adolescents from a low-income area of Rio de Janeiro, Brazil. **Journal of Biosocial Science**, v. 45, n. 5, p. 661-674, 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23149069>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LOUREIRO, M. P. Estado nutricional e hábitos alimentares universitários. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 955-972, 2016.

MARIN-LEON, L.; BERGAMO FRANCISCO, P. M. S.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; PANIGASSI, G. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n. 3, p. 398-410, 2011.

MARTINS, N. C. **Avaliação da situação de (in)segurança alimentar e nutricional de estudantes universitários em tempos de pandemia (Covid-19)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) - Universidade de Fortaleza, UNIFOR, Fortaleza-CE, 2021

MEDONÇA, A. M. F. **A problemática do insucesso escolar**: a escolaridade obrigatória no arquipélago da Madeira em finais do século XX (1994-2000) Tese de Doutorado. Universidade da Madeira, Funchal, 2007.

MOREIRA, E. R. de A. **Segurança alimentar de graduandos em enfermagem**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Enfermagem) – UNICEUB, Brasília, 2015.

PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M. F. A.; MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 10, p. 2376-2384, 2008.

PARDINI, R.; MATSUDO, S.; ARAÚJO, T.; MATSUDO, V.; ANDRADE, E.; BRAGGION, G.; ANDRADE, D.; OLIVEIRA, L.; FIGUEIRA JÚNIOR, A.; RASO, V. Validação do questionário internacional de atividade física (IPAQ - versão 6): estudo piloto em adultos jovens brasileiros. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, 9, n.3, p. 45-51, 2001.

PEREZ, P. M. P.; CASTRO, I. R. R. de.; FRANCO, A. da S.; BANDONI, D. H.; WOLKOFF, D. B. Práticas alimentares de estudantes cotistas e não cotistas de uma universidade pública brasileira. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 2, p. 531-542, 2016.

PINHEIRO, D. da S.; CRISTINA, C.; PAIVA, B. A. R. de; CORREA, R. S.; JESUÍNO, R. S. A. Intervenção escolar na educação alimentar infantil quanto aos micronutrientes. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v.10, n.1, p.209-217, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO-SILVA, R. de C.; PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, E.; GUIMARÃES, J. M. M.; FERREIRA, A.; BARRETO, M. L.; SANTOS, S. M. C. Implicações da pandemia Covid-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, set. 2020.

RODRIGUES, E. C.; MENDONÇA, R. de D.; CAMARGO, P. P.; MENEZES, M. C. de; CARVALHO, N. C. de; MEIRELES, A. L. Home food insecurity during the suspension of classes in Brazilian public schools due to the COVID-19 pandemic. **Nutrition**, v. 23, jan. 2021.

ROSSETI, F. X.; SILVA, M. V. da. Práticas e percepções de universitários sobre alimentação: estudo qualitativo utilizando grupos focais. **Segurança Alimentar e Nutricional, UNICAMP**, v. 25, n. 3, set./dez. 2018.

SABÓIA; R. C. B. de; SANTOS, M. M. dos. Prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em domicílios cobertos pela estratégia saúde da família em Teresina, Piauí, 2012-2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 4, 2015.

SABÓIA, R. C. B. de; SANTOS, M. M. dos. Determinantes da segurança alimentar de famílias em cenários da estratégia saúde da família em Teresina. **Revista Interdisciplinar**, v. 9, n. 3, p. 121-129, jul./ago./set. 2016.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELOS, M. T. L. de; VEIGA, G. V. da; MARINS, V. M. R. de; JARDIM, B. C.; GOMES, F. da S.; SICHIERI, R. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, ago. 2008.

SANCHES, A. P. L. M. **Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de creches municipais de Ribeirão Preto**. Trabalho de Conclusão de Curso (Metrado) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, São Paulo, 2012.

SANTOS, S.M.C.; SANTOS, L.M.P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002 – abordagem metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 23, n. 5, p. 1029-40, maio, 2007.

SANTOS, J. V.; GIGANTE, D. P.; DOMINGUES, M. R. Prevalência de insegurança alimentar em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, e estado nutricional de indivíduos que vivem nesta condição. **Caderno de Saúde Pública**, v. 26, n. 1, p. 41-49, 2010.

SANTOS, T. G. dos; SILVEIRA, J. A. C da; LONGO-SILVA, G.; RAMIRES, E. K. N. M.; MENEZES, R. C. E de. Tendências e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: pesquisa nacional por amostra de domicílios 2004, 2009 e 2013. **Caderno de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, 2018.

SANTOS, L. P. dos; SCHAFER, A. A.; MELLER, F. de O.; HARTEK, J.; NUNES, B. P.; SILVA, I. C. M. da; PELLEGRINI, D. da C. P. Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia da Covid-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 5, mai. 2021.

SARTI, F. M.; TORRES, E. F. S. **Nutrição e saúde pública: produção de alimentos e consumo**. Barueri, SP: Manole, 2017.

SILVA, K. de S. M. da; FONTOURA, E. da S.; BLUMKE, A. C.; MARGUTTI, K. M. de M. insegurança alimentar e sua relação com fatores socioeconômicos de nutrízes atendidas na atenção primária. **Disciplinarum Scientia**. Série Ciências da Saúde, v. 16, n. 2, p. 221-229, 2015.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré escolares, beneficiários do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 4, p. 739-748, 2015.

TRAPÉ, A. A.; MARQUES, R. F. R.; LIZZI, E. A. da S.; YOSHIMURA, F. E.; FRANCO, L. J.; ZAGO, A. S. Associação entre condições demográficas e socioeconômicas com a prática de exercícios físicos e aptidão física em participantes de projetos comunitários com idade acima de 50 anos em Ribeirão Preto, São Paulo, **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 2, abr./jun. 2017.

VALENTE, F.L.S.; Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 51-60, jan./jun. 2003.

Recebido em: 05/07/2022

Aprovado em: 08/08/2022

Publicado em: 12/08/2022